



Despacho

Por requerimento expedido por correio registado em 28-12-2016 e, invocando a qualidade de representante da Sala de Armas do CDUL, veio o Sr. Eng. Carlos Fonseca Santos apresentar requerimento dirigido ao Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Esgrima (FPE), relatando factos que terão ocorrido na Assembleia Geral de 21 de dezembro do corrente ano, e informando que na mesma assembleia e por decisão da Sr^a Presidente da Mesa foi impedido de participar na discussão dos assuntos constantes da ordem de trabalhos (embora lhe tenha sido permitido assistir).

Sustenta que tal decisão carece de fundamento legal e estatutário, e conclui, solicitando "ao Conselho de Justiça (...) o favor de emitir um parecer sobre o assunto".

Dispõe o art. 44º, nº 1 do Regime Jurídico das Federações Desportivas, aprovado pelo DL 248-B/2008, de 31-12, e alterado pelo DL 93-2014, de 23-06, que "Para além de outras competências que lhe sejam atribuídas pelos estatutos, cabe ao conselho de justiça conhecer dos recursos das decisões disciplinares relativas a questões emergentes da aplicação das normas técnicas e disciplinares diretamente respeitantes à prática da própria competição desportiva".

Por seu turno, estabelece o art. 53º, nº 1 dos Estatutos da FPE que "ao Conselho de Justiça cabe conhecer dos recursos das decisões disciplinares relativas a questões emergentes da aplicação das normas técnicas e disciplinares diretamente respeitantes à prática da própria competição desportiva", acrescentando o nº 1 do art 53º dos mesmos estatutos que no exercício dessa competência cabe ao mesmo Conselho de Disciplina "decidir os recursos interpostos das decisões dos outros órgãos sociais, com exceção da Assembleia Geral", e "decidir, em definitivo, os conflitos de competência que envolvam o próprio Conselho de Justiça".

Delimitando negativamente a competência do Conselho de Justiça, estipula o nº 2 do art. 52º dos Estatutos que "as deliberações da Assembleia Geral são insindicáveis pelo Conselho de Justiça" (sublinhados nossos).

Finalmente estatui o nº 2 do art. 44º do citado Regime Jurídico das Federações que "ao conselho de justiça não pode ser atribuída competência consultiva".

Das disposições legais e estatutárias supra citadas resulta, de forma inequívoca, que o Conselho de Justiça da FPE é um órgão social "para-judicial", cuja competência reside em decidir recursos de decisões disciplinares proferidas pelo Conselho de Disciplina, e de



Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Esgrima

decisões proferidas por outros órgãos sociais da FPE, exceto a Assembleia Geral, estando-lhe também expressamente vedado exercer competências consultivas, ou seja emitir pareceres.

Não pode, pois, este Conselho de Justiça emitir o parecer que lhe é solicitado, tal como não pode, igualmente por carecer de competência para tal, pronunciar-se em sede de recurso sobre deliberações da Assembleia Geral ou sobre decisões da Sr^a Presidente da Mesa deste órgão.

Nos termos do disposto no art. 54º, nº 1 dos estatutos da FPE "a distribuição dos processos é da competência do Presidente do Conselho de Justiça". Contudo, só devem ser distribuídos os processos que versem sobre matérias abrangidas pela competência deste órgão. Com efeito, em casos como o vertente, em que é manifesta a incompetência do Conselho de Justiça, pode a pretensão ser liminarmente indeferida por despacho do Presidente.

Assim sendo, e por todo o exposto, com fundamento na manifesta incompetência do Conselho de Justiça, indefere-se liminarmente o requerimento em apreço.

Notifique-se o requerente, e publique-se a presente decisão na página internet da FPE, juntamente com cópia do requerimento em apreço (art. 54º, nº 2 dos Estatutos da FPE).

Lisboa, 16 de janeiro de 2017

O Presidente do Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Esgrima,

(Diogo Ravara)